

Alerj aprova projeto que torna Quarta-Feira de Cinzas feriado bancário

O projeto de lei 3433/2017, que institui a Quarta-Feira de Cinzas como feriado bancário, foi aprovado em segunda votação, na última terça-feira (25/9), no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Agora, a proposta, de autoria dos deputados André Ceciliano, presidente da Alerj, e Gilberto Palmares, ambos do PT, segue para o governador Luiz Fernando Pezão que terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar o projeto.

Segundo Ceciliano, caso o veto seja a opção de Pezão, será derrubado. Logo após a votação o parlamentar foi comemorar com os bancários que se encontravam nas galerias. “É mais do que merecida a Quar-



Bancários ocupam galerias pela aprovação da proposta

ta-Feira de Cinzas como feriado para os bancários. Caso seja vetado, o projeto voltará para a Alerj onde o veto será derrubado”, afirmou. Acrescentou que mesmo que o governo recorra à Justiça vai perder porque há precedentes, como o feriado de

São Jorge, mantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A presidente do Sindicato, Adriana Nalesso, lembrou que há décadas o Sindicato e toda a categoria vêm lutando pelo feriado no dia 28 de agosto, Dia do Bancário, sem ter ainda con-

seguido. Mas considerou que a votação tornando a Quarta-Feira de Cinzas feriado bancário pode ser considerada uma vitória para a categoria que trabalha tanto para garantir os ganhos do setor que mais lucra no país e merece descanso. “Não é definitivo ainda já que depende da sanção do governador. Vamos torcer e lutar para que a sanção aconteça”, afirmou.

O diretor do Sindicato, Marcelo Ribeiro, acrescentou que o trabalho após o meio-dia de quarta-feira, era um risco. “É um dia atípico em que a cidade fica praticamente vazia, o que traz muita insegurança para quem trabalha em banco. O projeto tem, por isto mesmo, também este viés ligado à segurança”, frisou Marcelo.

Sindicato assina acordo do BNDES

O Acordo Coletivo de Trabalho do BNDES foi assinado na quarta-feira (26/9), às 11 horas, no prédio-sede do banco, na avenida Chile. Válido por dois anos, o ACT mantém a maioria das cláusulas do anterior, blindando, desta forma, os direitos dos empregados contra as novas regras trabalhistas e possíveis investidas do banco. A proposta de acordo específico foi aprovada pelos empregados em assembleia no último dia 21, em votação secreta, por 70% dos votos a 30%.

Estão asseguradas, também, as cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), assinada entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Com isto ficam garantidos, neste ano, reajuste de 5%, correspondentes à reposição da inflação, mais 1,31% de



Juvândia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, Adriana Nalesso, presidenta do Sindicato, assinam o acordo, observados por Thiago Mitidieri, presidente da AFBNDES, Vinicius de Assumpção, vice-presidente da Contraf-CUT e Jorge Velloso, Presidente da ASFINAME

aumento real; e, em setembro de 2019, reposição inflacionária mais 1% de aumento real.

CONQUISTA IMPORTANTE

Participaram da solenidade, a presidenta do Sindicato,

Adriana Nalesso, a presidenta da Contraf-CUT, Juvândia Moreira e o vice-presidente da confederação, Vinicius de Assumpção, além de dirigentes das associações dos empregados e representantes da diretoria do banco. Para Vinicius, esse é um

dos mais importantes acordos dos últimos tempos, já que está sendo assinado sob a vigência das novas regras trabalhistas de Temer que ameaçam os direitos de todos os trabalhadores.

Já a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, frisou que mesmo as negociações específicas continuam. “Com o acordo de trabalho assinado, ainda temos outros debates a fazer, entre eles a definição do acordo da PLR e negociações específicas como FAPES, isonomia e terceirização”, afirmou. Juvândia lembrou que a assinatura do ACT não encerra a luta dos empregados do BNDES e dos demais bancos públicos. “Temos que ampliar a resistência pela manutenção do papel social e contra o desmonte destas instituições tão importantes para a sociedade e o desenvolvimento do país”, afirmou.

TJ garante pagamento aos participantes da Francisco Conde

Em decisão na última sexta-feira (21/9), após anos de negociações e uma intensa batalha judicial, o Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou o pagamento aos ex-funcionários do BCN de todo o país beneficiários da Fundação Francisco Conde (FFC). Os valores, já depositados em conta judicial no Banco do Brasil, deverão ser transferidos para os advogados, que farão o repasse dos recursos aos beneficiários.

O diretor do Sindicato, Nilo Casanova, disse que em breve será divulgada a data e forma de pagamento. Ronaldo Fernandes, também diretor da entidade, classificou a decisão como o coroamento de tantos anos de luta das entidades sindicais e dos beneficiários da ação. “Finalmente alcançamos o nosso objetivo que é o de receber o que é nosso por direito”, afirmou.

TRAMITE

Segundo a assessoria jurídica, para haver a transferência a decisão precisa ser publicada no Diário Oficial, o que deve acontecer ainda esta semana. “Por isso, será preciso



esperar mais alguns dias”, disse Gerson Carlos Pereira, secretário de Comunicação da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que acompanhou o processo desde o início.

Para Adilson Barros, diretor executivo da Contraf-CUT, o apoio do movimento sindical foi de extrema importância para o processo. “Precisamos agradecer a todos os envolvidos no desfecho deste caso, em especial aos nossos sindicatos, que demonstraram disposição e interesse e não deixaram

Quem tem direito a receber

1) De acordo com a decisão do Tribunal, terão direito a receber (requisitos cumulativos):

1. Empregados do antigo BCN e coligadas;
2. Empregados admitidos até 31/04/1993;
3. Empregados participantes que permaneceram no banco até 31/05/1999;
4. Empregados que constam da listagem apresentada na ação judicial pelo Bradesco.

2) A forma de pagamento tem como critério básico o tempo de contribuição de cada empregado. Assim, cada mês de contribuição corresponde a uma cota. O valor depositado pelo Bradesco será rateado da seguinte forma: Será dividido em duas metades:

1ª metade – Grupo 1:

1. Empregados que ingressaram no BCN até 31/12/1975;
2. Levará em conta o tempo de contribuição até 31/12/1979.

2ª metade – Grupo 2:

1. Empregados que ingressaram no BCN a partir de 01/01/1976;

os trabalhadores desassistidos. E, assim, agiram com seriedade e compromisso com os remanescentes do extinto BCN”, disse.

Temer abre brecha para privatização da Caixa, às vésperas da eleição

Às vésperas da votação do primeiro turno da eleição presidencial, o governo Temer arma mais um golpe. Em mais um passo para a privatização da Caixa Econômica Federal, aprova mudança no estatuto da estatal 100% pública, permitindo que diretorias da área de controle (Jurídica, Auditoria e Corregedoria) sejam ocupadas por não concursados. A alteração, tramada na surdina, ocorreu em 17 de setembro. Mas para vigorar, precisa ser aprovada em assembleia geral do banco, ainda sem data marcada.

Apenas Maria Rita Serrano, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, votou contra a medida. A poucos dias das eleições, tudo evidencia uma corrida contra o tempo para fazer mudanças que, no próximo governo, dificultem a manutenção da Caixa 100% pública. “A desculpa é dar eficiência à Caixa, mas o que na verdade pretende o governo Temer é, num momento



Paulo Matileti, vice-presidente do Sindicato, denuncia golpe de Temer sobre a Caixa

de transição, promover mais uma intervenção para privatizar a gestão da empresa”, denunciou o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

Em documento, a Fenaec também denunciou a verdadeira intenção do governo federal: “A mudança, abre espaço para indicações político-partidárias e para o aparelhamento do banco. Em agosto, outra deci-

são absurda: a escolha de vice-presidentes em processo seletivo externo, por uma consultoria privada. Trata-se da destruição da carreira dos bancários e bancárias. A categoria possui qualificação acima da média do mercado. Ainda assim, são desvalorizados e jogados na incerteza do que vem pela frente”.

Matileti alertou sobre a importância da mobilização do funcionalismo em defesa da Caixa 100% pública, inclusive votando nas próximas eleições, em candidatos que defendam projetos de interesses dos trabalhadores e do país. “Se os cargos dos altos escalões da empresa estão sendo entregues aos profissionais do mercado sem a prestação de concurso público, temos nesse momento eleitoral, através do voto, que promover mudanças na Presidência da República, no Senado e na Câmara, para afastar de vez essas práticas entreguistas”, enfatizou.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:**

Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

CAMPANHA SALARIAL

Ato, na segunda-feira, vai repudiar proposta indecente da Finep

Manifestação do funcionalismo da estatal será ao meio-dia, em frente ao prédio da empresa

Os funcionários da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) participam de um ato público, convocado pelo Sindicato, na próxima segunda-feira (1º/10), ao meio-dia, em frente ao prédio da estatal. Será um protesto contra a proposta desrespeitosa feita pela diretoria da empresa, na rodada de negociação desta quarta-feira (26/9): reajuste de 1,82%, correspondendo a 50% do INPC, acordo de um ano e nenhuma garantia em relação às cláusulas de saúde, incluindo a não alteração no plano de saúde, reivindicado pelos funcionários. E sem adiantamento da PLR, pois alegam não estar certos de que a empresa dará lucro.

“Vamos dar uma resposta à direção da Finep, à altura da provocação e do desrespeito contidos na proposta apresen-



Funcionários vão exigir proposta séria da Finep

tada”, defendeu o diretor do Sindicato, Ronald Carvalhosa. Segundo o dirigente, o objetivo é ‘descolar’ a Finep do restante da categoria bancária, que con-

quistou reajuste de 5% neste ano, correspondente à inflação de 3,64%, mais aumento real de 1,31%, além de INPC mais aumento de 1%, em setembro

do próximo ano. “O prejuízo da empresa em 2017 é da responsabilidade da diretoria e do governo federal, não podendo ser atribuído ao funcionalismo”, lembrou.

A falta de uma política de desenvolvimento nacional e inovação científica e tecnológica por parte do governo golpista de Michel Temer, aliada à incapacidade da direção da Finep de formular uma estratégia capaz de alavancar a empresa, resultaram no péssimo desempenho de 2017, quando foi a única instituição financeira federal a dar prejuízo. “A situação da estatal e esta proposta desrespeitosa, deixam claro o que pensa o candidato Bolsonaro e sua equipe, visto que o atual presidente, Marcos Cintra, faz parte da coordenação de campanha do representante da extrema-direita.

Definidos os últimos classificados para a próxima fase da Copa Bancária

No fim de semana foram conhecidas as duas últimas equipes classificadas para a segunda fase da Copa Bancária. Real Amigos e Santander Ousadia venceram e garantiram presença no torneio, juntando-se a Bradesco Guerreiros, Bradesco Rio Centro, Bradesco Resenha, Bradesco Siqueira Campos, Itaú Brahmeiros, Bradesco Bracelona, Bradesco Caduco e Itaú Amigos.

A rodada foi marcada pela grande atuação do goleiro Márcio dos Santos, do Sindicato União. Apesar de não ter conseguido impedir a eliminação de seu time, “fechou o gol”, na partida de domingo (23), evitando uma goleada maior. O resultado de 3 a 0 deixou a equipe do Santander

com gosto de “quero mais”. A partida memorável rendeu ao goleiro elogios até dos adversários José Henrique (goleiro), Charles Vinicius (meia) e Paulo Soares (meia), que o reverenciaram após o apito final.

COPA VETERANOS

Os veteranos jogaram no domingo (23). Com muitos gols, a rodada foi encerrada com o isolamento na artilharia do atacante Rodrigo Pinto, do Bradesco Guerreiros, com oito gols. O time goleou por 5 a 2 o Unibanco Uniamigos. Já o Real Amigos venceu o Bradesco Siqueira Campos por 2 a 1. No último jogo da categoria, o Real União venceu o Unibanco Multi Agências por 2 a 0.



O destaque da rodada foi Márcio dos Santos, goleiro do Sindicato União

Próxima rodada

Sábado – Copa Bancária (29/9)

| | | | |
|-------|---------------------|---|--------------------------|
| 8h30 | Bradesco Guerreiros | X | Bradesco Siqueira Campos |
| 9h30 | Bradesco Bracelona | X | Itaú Amigos |
| 10h30 | Bradesco Rio Centro | X | Itaú Brahmeiros |
| 11h30 | Santander Ousadia | X | Bradesco Resenha |

Domingo – Copa Veteranos (30/9)

| | | | |
|-------|------------------------|---|--------------------------|
| 8h30 | Unibanco Multi Agência | X | Bradesco Siqueira Campos |
| 9h30 | Real Amigos | X | Bradesco Guerreiros |
| 10h30 | Sindicato União | X | Real União |

Vote NÃO para impedir golpe contra direitos dos participantes da Cassi

A votação sobre a proposta do Banco do Brasil para alterar, sem negociar, o estatuto da Cassi, teve início na última segunda-feira (24/9). A consulta vai até 5 de outubro. A Contraf-CUT, os sindicatos e a esmagadora maioria das entidades de ativos e aposentados do BB têm defendido o voto NÃO.

Alertam para todos os riscos que estão por trás dessa tentativa – que o banco quer impor às vésperas da eleição presidencial – de aprovar “a toque de caixa” uma proposta que em nada garante a sustentabilidade da Cassi e modifica conceitos e direitos muito caros aos associados.

Alguns pontos merecem ser levantados para esclarecer questões nebulosas. Entre os mais importantes estão:

1 – Por que a pressa em se adequar à resolução CGPAR 23, que tem quatro anos para ser implementada? A Caixa Econômica Federal, por exemplo, no último acordo coletivo, já deixou essa discussão para 2021. É importante lembrar que “coincidentemente”, a votação do estatuto se encerra no último dia útil antes das eleições.

2 – A conta fica só para os funcionários. A proposta é aumentar a contribuição dos associados para 4% e ainda cobrar por dependentes, enquanto o banco ficaria só com 4,5% já pagos hoje. E não vai ter contrapartida para os dependentes dos aposentados.

3 – Cria o “genérico do genérico”, ou seja, aumenta a segmentação do corpo funcional. Além da diferença de cobrança para os aposentados, os novos funcionários simplesmente não terão direito à Cassi. Passam a existir os funcionários com plano de saúde e os sem plano.

4 – Nunca se viu um assédio como o que vêm sofrendo os funcionários da ativa e aposentados. Reuniões contínuas dos gestores nas agências, mensagens diárias por e-mails e por SMS e terminais de autoatendimento simulando valores. O diretor do Sindicato, Alexandre Batista, funcionário do BB há 32 anos, diz que gostaria muito de ver todo esse empenho tecnológico da campanha aplicado pelo BB nos controles da Cassi. Afinal, a área de tecnologia é de responsabilidade do banco.



Proposta dos trabalhadores entregue ao BB visa à sustentabilidade

Representante do Rio de Janeiro e Espírito Santo na Comissão de Empresa do BB, Rita Mota destaca que a proposta para a sustentabilidade da Cassi – entregue pela Contraf-CUT na mesa de negociação e ignorada pelo banco – busca garantir a manutenção de direitos e a cobertura para funcionários da ativa, aposentados e dependentes.

Preserva, ainda, o princípio da solidariedade, segundo o qual os associados contribuem de forma proporcional ao salário, independentemente da idade ou condição de saúde. Defende a manutenção da Cassi sob o comando dos representantes dos associados, sendo gerida de forma paritária, entre outros pontos.

Quanto à questão financeira,

o documento propõe uma receita operacional nova de R\$ 862,5 milhões/ano – o que representa R\$ 4,3 bilhões entre 2019 e 2023 – para reequilibrar liquidez e margem de solvência, fazer os investimentos necessários e ampliar o modelo assistencial.

Essa verba viria de um aditivo ao Memorando de Entendimentos, definindo 1,5% para o corpo social, que corresponderia a R\$ 345 milhões para os associados ao ano, ou seja, R\$ 1,725 bilhão de 2019 a 2023; e 1,5 vezes esse valor a ser pago pelo banco, representando R\$ 517 milhões ao ano, o que dá R\$ 2,587 bilhões no mesmo período. Essa alteração sustenta a mesma metodologia contábil e legal que o

banco construiu em 2016, inclusive dentro dos parâmetros da CVM 695, e deixa de lado a CGPAR 23, que o banco quer impor aos associados. Para garantir a sustentabilidade financeira do plano de saúde, também é necessária a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) com foco na atenção básica, prevenção de doenças e acompanhamento de doentes crônicos.

Por tudo isso, Rita destaca a urgência de votar de forma categórica CONTRA essa mudança do estatuto da Cassi. Desta forma garantiremos a oportunidade de avaliar as inúmeras propostas das mais diversas entidades, para que a Cassi tenha o que ela nos proporciona: saúde.